



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 546813 - PE (2019/0348188-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CLODOALDO BATTISTA DE SOUZA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : IGOR CARLOS DA SILVA SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em benefício de IGOR CARLOS DA SILVA SOUZA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco proferido no HC n. 0000167-08.2019.8.17.0000.

Consta dos autos que o paciente foi preso preventivamente em 26/09/2017 pela suposta prática do delito de roubo majorado.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem pugnando pela revogação da prisão em razão do excesso de prazo na formação da culpa. A ordem foi denegada pelo Tribunal de Justiça em acórdão assim ementado:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO. NÃO CONFIGURAÇÃO. PROCESSO COM TRAMITAÇÃO REGULAR E CONTÍNUA. DENEGAÇÃO DA ORDEM.1. A eventual ilegalidade da prisão cautelar por excesso de prazo para formação da culpa deve ser analisada de acordo com as peculiaridades do caso concreto, não resultando da simples soma aritmética dos prazos abstratamente previstos na lei processual penal, porquanto tais prazos não são absolutos, mas parâmetros para efetivação do direito à razoável duração do processo.2. Inexistência de constrangimento ilegal por excesso de prazo, uma vez que se verifica uma tramitação contínua e não há excesso de prazo que possa ser imputado ao aparato estatal, seja do Poder Judiciário ou por parte da acusação.3. Denegação da ordem (fl. 23).

Daí o presente *writ*, no qual a defesa sustenta que o juízo de primeiro grau, designou a longínqua data de 28/01/2020 para a realização da continuação da audiência de instrução e julgamento.

Assegura restar claro o constrangimento ilegal do paciente ante o flagrante excesso de prazo. Aduz não existir complexidade no processo a respaldar o retardo.

Pleiteia, em liminar e no mérito, a expedição em favor do paciente do competente alvará de soltura ou a conversão da preventiva em uma cautelar do art. 319 do CPP para que aguarde em liberdade o desenrolar do seu processo.

Indeferida a liminar (fls. 33/34), as informações foram devidamente prestadas (fls. 42/65, 66/74 e 79/102) e o Ministério Público Federal se manifestou pelo não

conhecimento do *habeas corpus* (fls. 105/109).

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração não deveria ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ. Passo à análise das alegações expostas na inicial tão somente para verificar se existe flagrante constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem de ofício.

Conforme relatado, busca-se, no presente *writ*, a expedição do alvará de soltura em razão de alegado excesso de prazo no julgamento do processo.

Constitui entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça – STJ que somente configura constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, apto a ensejar o relaxamento da prisão cautelar, a mora que decorra de ofensa ao princípio da razoabilidade, consubstanciada em desídia do Poder Judiciário ou da acusação, jamais sendo aferível apenas a partir da mera soma aritmética dos prazos processuais.

Por oportuno, transcrevo o seguinte excerto do julgado realizado pela Corte estadual:

Compulsando os autos, entendo que não assiste razão a impetrante.

A eventual ilegalidade da prisão cautelar por excesso de prazo para formação da culpa deve ser analisada de acordo com as peculiaridades do caso concreto, não resultando da simples soma aritmética dos prazos abstratamente previstos na lei processual penal, porquanto tais prazos não são absolutos, mas parâmetros para efetivação do direito à razoável duração do processo (art. 5º, LXXVIII, CR) e do princípio da presunção de inocência (art. 5º, LVII, da CR), ao evitar a antecipação executória da sanção penal.

O prazo legalmente estabelecido para o início e conclusão/instrução criminal não é absoluto e o constrangimento ilegal pejo excesso de prazo só pode ser reconhecido quando a demora for injustificada.

Na hipótese dos autos, a autoridade apontada como coatora, em sede de informações, esclareceu que foi designado o dia 26/02/2019, para a realização de audiência de instrução e julgamento.

Em consulta ao sistema JudWin, se verifica que a mencionada audiência foi realizada e a instrução processual está aguardando para ser concluída, tão somente a oitiva de uma testemunha da acusação.

O juízo de origem, em sede informações esclareceu que após informado do cumprimento do mandado de prisão preventiva do paciente, determinou sua citação pessoal, porém, o mesmo não constituiu advogado particular.

Cumpra registrar a propósito, que muito embora se trate de impetração ajuizada pela Defensoria Pública, a ausência de Defensor Público na comarca ocasionou sensível retardo na tramitação do feito, posto que o juiz da causa, foi forçado a nomear defensor dativo.

Desse modo, se verifica uma tramitação contínua e não há excesso de prazo que possa ser imputado ao aparato estatal, seja do Poder Judiciário ou por parte da

acusação.

Nesse contexto, entendo que a manutenção da prisão preventiva, é medida que se impõe, não havendo razão para a modificação da decisão do juiz de 1º grau, da mesma forma, incabível a substituição da prisão preventiva, por outras medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP (fls. 25/26).

A meu ver, o processo tem seguido regular tramitação, haja vista que foi apresentada a denúncia pelo *Parquet* em 5/9/2017, a qual foi recebida em 25/9/2017, sendo decretada a prisão preventiva do paciente. A Corte estadual ressaltou que a ausência de Defensor Público na comarca ocasionou sensível retardo na tramitação do feito, posto que o juiz da causa foi forçado a nomear defensor dativo. Verifico, ainda, em consulta ao sítio do Tribunal de origem que, em 26/2/2019, foi realizada audiência de instrução e julgamento com continuação em 28/1/2020, sendo o paciente interrogado, tendo o Juiz informado que após a devolução de carta precatória será aberto o prazo para alegações finais. Em 19/2/2020 foi agendada a realização de videoconferência para 21/5/2020.

Dessa forma, vê-se que o processo segue seu curso regular, não havendo que se falar em desídia do Magistrado condutor, que tem diligenciado no sentido de dar andamento ao processo.

No mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. OCULTAÇÃO DE CADÁVER. EXCESSO DE PRAZO PARA JULGAMENTO. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. INSTRUÇÃO ENCERRADA E ALEGAÇÕES FINAIS APRESENTADAS. TRANSCURSO CONFORME O PRIMADO DA RAZOABILIDADE. RHC NÃO PROVIDO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A decisão deve ser mantida por seus próprios fundamentos por estar em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior.

2. É uníssona a jurisprudência desta Corte no sentido de que o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando a demora for injustificável, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência de constrangimento ilegal.

3. Não há clara mora estatal em feito criminal com prisão efetivada em 9/9/2016, denúncia em 21/10/2016, expedição de precatórias, com audiências já realizadas, instrução encerrada, ofertadas as alegações finais, faltando apenas a manifestação do corréu quanto à duplicidade de peças juntadas para a conclusão do feito a julgamento.

4. Agravo regimental improvido (AgRg no RHC 109.337/AL, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 28/06/2019).

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO E COMUNICAÇÃO FALSA DE CRIME. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE ELEMENTOS DE AUTORIA E

MATERIALIDADE. NECESSIDADE DE ANÁLISE DE PROVAS. VIA INADEQUADA. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. EXCESSO DE PRAZO. NÃO OCORRÊNCIA. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA.

1. Reconhecer a ausência, ou não, de elementos de autoria e materialidade delitiva acarreta, inevitavelmente, aprofundado reexame do conjunto fático-probatório, sendo impróprio na via do habeas corpus.

2. A prisão preventiva do Acusado foi decretada como forma de resguardar a ordem pública, considerando, em especial, a gravidade concreta do delito imputado, além do modus operandi - o Paciente teria efetuado disparos de arma de fogo contra a Vítima simplesmente em razão de sua condição de policial militar, só não consumando o intento homicida por circunstâncias alheias à sua vontade, o que revela maior reprovabilidade da conduta perpetrada e demonstra a personalidade agressiva do Acusado, a justificar a prisão cautelar.

3. Espécie em que não se vislumbra constrangimento ilegal apto a justificar a concessão da ordem. Eventual demora na instrução não pode ser imputada ao Juízo de primeiro grau, considerando-se que o processo prosseguiu de maneira razoável. Demora da Defesa na apresentação da resposta à acusação. Súmula n.º 64/STJ.

4. A audiência de instrução e julgamento foi realizada em 02/05/2019, e já há data designada para a audiência em continuação, o que demonstra que o processo vem recebendo a devida tramitação e que o encerramento da instrução é iminente, afastando, dessa forma, o alegado excesso de prazo.

5. Ordem de habeas corpus parcialmente conhecida e, nessa extensão, denegada (HC 501.620/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 02/08/2019).

PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. PRISÃO PREVENTIVA. DROGAS. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NÃO OCORRÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO. NÃO CONFIGURAÇÃO. RAZOABILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

3. No caso dos autos, a prisão cautelar encontra-se devidamente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, diante da gravidade concreta do delito imputado ao paciente, com destaque para a variedade, quantidade e a nocividade dos entorpecentes apreendidos (22,1g de crack, um tijolo de maconha, pesando 410g e 2 invólucros plásticos contendo cocaína, totalizando 240g.)

4. Esta corte há muito sedimentou o entendimento

de que a alegação de excesso de prazo na formação da culpa deve ser analisada à luz do princípio da razoabilidade, sendo que eventual extrapolação dos prazos processuais não decorre da simples soma aritmética. Para ser considerado injustificado o excesso na custódia cautelar, deve a demora ser de responsabilidade da acusação ou do Poder Judiciário, situação em que o constrangimento ilegal pode ensejar o relaxamento da segregação antecipada.

5. Não há como reconhecer o direito de relaxamento da prisão, pois não se verifica qualquer desídia do magistrado na condução do processo em questão, que tem tido regular tramitação, inclusive tendo audiência próxima designada, conforme consulta junto ao sítio eletrônico do TJSP.

6. Eventual demora para a conclusão do feito estaria justificada em razão das peculiaridades do caso concreto, tendo em vista a complexidade do processo, diante da pluralidade de réus e de diversas testemunhas, além da necessidade de expedição de carta precatória.

7. Constrangimento ilegal não caracterizado.

8. Habeas corpus não conhecido (HC 391.902/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 11/05/2017).

Ante o exposto, não conheço do presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator